

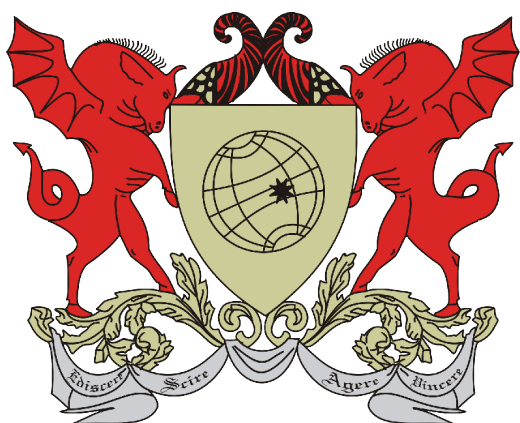
HISTORIOGRAFIA

Ana Paula Ribeiro Freitas



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva



Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor
Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Thalita Fernandes

Capa: Diogo Rodrigues

Coordenação editorial e revisão final: João Batista Mota



SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO**
- 6 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS**
- 12 HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: MITOS E REVISÕES**

Apresentação

Esta apostila da disciplina de Historiografia trata da maneira pela qual uma vertente historiográfica brasileira se constituiu e se desenvolveu nas últimas décadas: a historiografia da escravidão. Faremos, inicialmente, algumas considerações mais gerais sobre os estudos historiográficos, baseados no primeiro capítulo do livro ***História da Historiografia, de Rogério Forastieri***¹. Em seguida, passaremos a analisar alguns textos produzidos ao longo do século XX sobre o tema da escravidão, a partir dos quais discutiremos as questões relativas ao processo de produção do conhecimento histórico.

Partimos da concepção de que existe um processo cumulativo, ou seja, que determinada vertente historiográfica se constitui paulatinamente, à medida que as pesquisas vão sendo realizadas e divulgadas. Cada trabalho representa, assim, um estágio da discussão, e suas interpretações podem ser reelaboradas ou revistas nos trabalhos subsequentes. Não compartilhamos, porém, da ideia de que se trata de um processo progressivo e linear, por meio do qual **“verdades parciais”** são corrigidas, transformadas em versões mais completas e, portanto, definitivas ou verdadeiras.²

Nesse sentido, procuraremos assinalar não apenas continuidades, como também rupturas e mudanças de rumo. A análise terá por base os textos em si, além de informações relativas aos seus autores e ao contexto em que produziram seus trabalhos. Em todos os capítulos serão apresentadas também sugestões de leituras complementares. O critério que norteou a escolha dos textos foi o de sua representatividade, embora nem todos eles possam ser considerados referências obrigatórias para o entendimento da questão.

1 SILVA, Rogério Forastieri da. Estudos historiográficos gerais: passado e presente. In: *História da Historiografia*. Capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 17-168.

2 Discordamos, portanto, da afirmação de Henri-Irénée Marrou de que o conhecimento é um processo cumulativo em que verdades parciais são continuamente reelaboradas. Acreditamos que, embora exista um processo de revisão crítica do conhecimento produzido, nem todas as interpretações se apresentam como uma reelaboração aperfeiçoada da produção anterior. Henri-Irénée Marrou apud SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*. p. 18.

Considerações gerais sobre os estudos historiográficos

A história da historiografia é um gênero relativamente novo, sobretudo no Brasil, cuja produção de conhecimento nesta área teve início apenas no século XIX. Apesar disso, é possível uma tipologia desta produção, conforme estabeleceu Rogério Forastieri.³

Apesar disso, é possível uma tipologia desta produção, conforme estabeleceu Rogério Forastieri:

- **Estudos historiográficos:** têm como alvo um autor e o conjunto de suas obras ou uma comparação entre as obras de alguns autores;
- **Estudos historiográficos nacionais:** seu objetivo é apresentar a produção de determinado país, podendo adotar critérios cronológicos ou temáticos para classificação da produção analisada;
- **Estudos historiográficos centrados em determinado tema:** foca a ótica de alguns autores, tendências ou escolas historiográficas;
- **Estudos historiográficos gerais:** seu objetivo é oferecer um panorama mais amplo da produção dos historiadores como um todo.⁴

Em seu estudo, Rogério Forastieri se dedicou a esses últimos, enquanto nós, em nossa disciplina, privilegiaremos os penúltimos. Não obstante, a análise deste autor pode nos ajudar a situar a produção que desejamos estudar no panorama mais amplo dos estudos historiográficos.

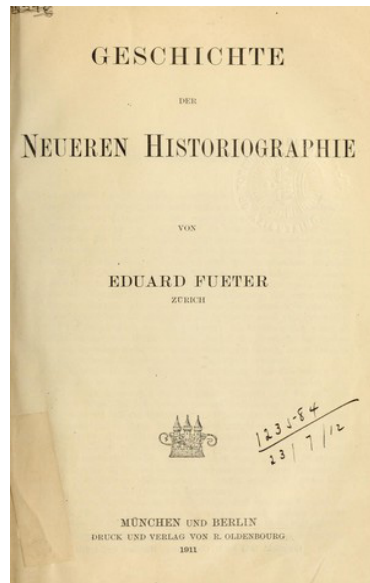
Segundo Rogério Forastieri, o primeiro esforço digno de nota de realizar uma história geral da historiografia nos tempos modernos coube ao suíço Eduard Fueter (1876-1928). A importância desta obra, que abrange estudos publicados desde a época do Renascimento até o final do século XIX, reside no fato de ter estabelecido alguns parâmetros a partir dos quais passou-se a considerar as produções historiográficas em seu conjunto. Entre eles, destaca-se o fato de as histórias da historiografia terem deixado de ser simples biografias comentadas dos autores e suas obras.

A partir de Fueter, os autores das histórias da historiografia passaram a se preocupar em estabelecer periodizações, análises e interpretações da produção estudada. Além disso, procuraram ultrapassar os limites meramente nacionais para tratar de questões de fundo relativas à historiografia contemporânea.⁵

3 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*, p. 23.

4 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*, p. 23.

5 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*, p. 25.



Capa do livro de Eduard Fueter, publicado em 1911

Disponível em: <http://openlibrary.org/books/OL24474494M/Geschichte_der_neueren_Historiographie> Acesso em 12/08/2013.⁵⁶

Podemos, então, com base nas considerações feitas até aqui definir o que entendemos por historiografia e em que consistem os estudos historiográficos.

Historiografia é conjunto dos escritos de um ou mais estudiosos acerca da história. Dissemos estudiosos, porque, muitas vezes, o autor de uma obra de história não possui formação acadêmica nesta área, mas é reconhecido como tal pela comunidade dos historiadores. Já os estudos historiográficos, por sua vez, podem ser definidos como uma análise crítica daquela produção. Essa análise pode levar em consideração um ou mais aspectos: seus métodos, concepções teóricas, interpretações, a maneira como produziram suas narrativas etc.

“Empenhos historiográficos”: em sua obra, Rogério Forastieri da Silva estabelece uma distinção entre os estudos historiográficos modernos (aqueles surgidos no século XX, após o estudo fundador de Eduard Fueter) e os anteriores. A estes últimos dá o nome de **“empenhos historiográficos”**, por considerar que não se constituíram como análises específicas e sistemáticas de determinada produção historiográfica. Da página 26 à 58, o autor faz uma síntese destes “empenhos”.

- Leia este trecho e procure atentar para os critérios que cada estudioso adotava em sua obra. Depois, compare com aqueles que o mesmo autor identificou nos estudos modernos.

Segundo Rogério Forastieri da Silva,⁷ a história da historiografia de Eduard Fueter tem como traço mais marcante a análise dos historiadores e respectivas obras a partir da perspectiva do Estado Nacional. Ou seja, discute a contribuição de cada estudioso para a formação de historiografias nacionais. Todavia, partindo deste critério geral, Eduard Fueter adotou critérios secundários, provavelmente por perceber que nem sempre se podia classificar as obras sob o prisma da questão nacional.

6 Disponível em: <http://openlibrary.org/books/OL24474494M/Geschichte_der_neueren_Historiographie> Acesso em 12/08/2013.

7 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*. p. 58.



Ao final, ressalta Rogério Forastieri da Silva, a obra de Eduard Fueter acaba por incidir naquilo que mais criticava, ou seja, uma longa lista de obras e autores muitas vezes desconexos, sem uma articulação evidente.

A despeito disso, a contribuição de Eduard Fueter para o amadurecimento dos estudos historiográficos gerais é reconhecida por vários estudiosos. O primeiro deles - que, segundo Rogério Forastieri da Silva, foi apontado pelo próprio Eduard Fueter como autor de uma obra que daria continuidade aos seus esforços - é o historiador, jornalista e político britânico George Peabody Gooch (1873-1968).

Publicada em 1913, a obra de George Peabody Gooch sobre a história e os historiadores do século XIX adotou o mesmo critério do seu antecessor: avaliar a contribuição de determinados autores e suas obras na construção de historiografias nacionais. Entretanto, apesar do título abrangente, George Peabody Gooch ocupou-se principalmente das historiografias alemã, francesa e inglesa, relegando algumas das demais a um mesmo capítulo intitulado *Outros países*.⁸



O historiador britânico George Peabody Gooch, autor de *History and Historians in the nineteenth century*⁹

Apesar de se tratar de uma obra dedicada à análise da produção historiográfica do século XIX, Rogério Forastieri da Silva chamou a atenção para as considerações de George Peabody Gooch acerca das relações entre a Revolução Francesa e a historiografia¹⁰. A crítica feita pelo autor inglês à decisão da Assembleia Nacional, de queimar documentos contendo registros de dívidas dos camponeses em relação aos seus antigos senhores, seria um indício claro do seu posicionamento ideológico. Ou seja, partidário dos princípios liberais de inspiração iluminista, George Peabody Gooch via na atitude dos revolucionários franceses um gesto de intolerância para com os historiadores, que tanto apreço viriam a ter para com a Revolução Francesa.

Entretanto, o que cabe ressaltar nesse julgamento é, por um lado, seu caráter anacrônico e, por outro, a transformação que se processou no pensamento liberal entre o final do século XVIII e o início do século XX. Afinal, é sabido que os iluministas do século XVIII, em geral, pouco ou nenhum apreço denotavam pela história. As observações de Rogério Forastieri da Silva, contudo,

8 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*. p. 60.

9 Disponível em: <<http://www.npg.org.uk/collections/search/portraitLarge/mw164564/George-Peabody-Gooch>> Acesso em 12/08/2013.

10 SILVA, Rogério Forastieri da. Op. Cit., p. 60-61.

são importantes por ressaltar o papel que a crítica passou a exercer nas análises de cunho historiográfico. Críticas estas que, muitas vezes, nos informavam muito mais sobre as concepções do autor do que sobre o objeto em estudo.

Na esteira de Eduard Fueter, outra história da historiografia destacada por Rogério Forastieri da Silva é aquela produzida pelo italiano Benedetto Croce (1866-1952). Influenciado pela filosofia idealista hegeliana, mais precisamente pela concepção do Estado como uma totalidade e como um fim último ao qual todos os indivíduos deviam se submeter, Benedetto Croce compartilha da preocupação do estudioso suíço em assinalar a contribuição de cada estudioso para a formação de historiografias nacionais.

Entretanto, o pensamento de Benedetto Croce se distancia significativamente dos anteriores por considerar que a produção histórica era sempre contemporânea e, portanto, até certo ponto autobiográfica. Esta concepção, chamada por alguns de “presentismo”, contribuiu para que fosse estabelecida uma distinção importante entre história e historiografia. Assim, enquanto os historiadores metódicos franceses e os historicistas alemães se preocupavam com a objetividade do conhecimento, Benedetto Croce caminhava na direção contrária ao assinalar que toda época impunha ao historiador certo horizonte de perspectivas e que, portanto, a subjetividade era inerente ao processo de produção do conhecimento histórico.¹¹



Benedetto Croce, historiador, filósofo e político italiano, autor do livro *Teoria e História da Historiografia*, publicado em 1917. (Disponível em: <<http://encontrarte.aporrea.org/efemerides/e1104.html>> Acesso em 18/08/2013).¹²

Outra contribuição de Benedetto Croce, assinalada por Rogério Forastieri da Silva¹³, foram as referências, ainda que críticas, ao pensamento de Karl Marx (1818-1883) e Friederick Engels (1820-1895). Tratava-se, sem dúvida, de uma novidade, visto que tanto a Escola Metódica francesa como a Escola Historicista alemã, principais correntes defensoras de uma “história científica”, desprezavam o materialismo histórico. A partir das obras de Benedetto Croce, as referências ao marxismo se tornaram comuns nos trabalhos de natureza historiográfica.

11 BARROS, José Costa d'Assunção. “Subjetividade e Relativismo na História.” *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, vol. 2, no. 1, Ponta Grossa (PR), 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2645>> Acesso em 18/08/2013.

12 Disponível em: <<http://encontrarte.aporrea.org/efemerides/e1104.html>> Acesso em 18/08/2013.

13 SILVA, Rogério Forastieri da. Op. Cit., p. 64.



Sobre o pensamento de Marx e Engels, Rogério Forastieri da Silva destaca, primeiramente, a crítica da ideia de isenção do investigador em relação ao objeto que investiga, presente particularmente na obra *A Ideologia Alemã*, escrita na segunda metade do século XIX, mas publicada somente em 1933. Trata-se, sem dúvida, de uma reafirmação da “importância da historicidade do historiador, ele mesmo um produto histórico, buscando uma inteligibilidade da história”¹⁴. Algo bastante diverso das concepções ditas positivista e historicista, que privilegiavam o objeto do conhecimento em detrimento daquele que o estuda.

Até a divulgação dos trabalhos de Marx e Engels, as produções historiográficas geralmente acentuavam os fatores de estabilidade e equilíbrio, enquanto aqueles privilegiavam as situações de tensão e conflito. De acordo com a concepção materialista, o conflito é inerente ao todo social e expressa um momento privilegiado para a investigação e inteligibilidade da história¹⁵.

Além desta contribuição, Rogério Forastieri da Silva ressalta a crítica de Marx e Engels às análises dualistas de tipo atraso/progresso. Para ambos, o “tradicional” e o “moderno” fazem parte de um mesmo todo, não sendo, portanto, necessariamente antagônicos, mas em geral complementares.

Outro ponto destacado no pensamento de Marx e Engels é a ênfase nas questões relacionadas à transição e à mudança na história, ou seja, os processos de transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas. A difusão do marxismo contribuiu, assim, para que os historiadores superassem a preocupação com o viés nacional nas suas produções.¹⁶

Outra vertente começou a delinear-se no mesmo período, tendo no historiador holandês Johan Huizinga (1892-1945) um de seus principais precursores. Tratava-se de uma vertente menos preocupada com as relações entre historiografia e nação, preferindo, ao invés disso, estudar as dimensões culturais das sociedades humanas. Ao lado de Johan Huizinga, o filósofo Ernest Cassirer (1874-1945) também deu sua contribuição ao criticar a ideia segundo a qual a consolidação do pensamento histórico ocorreu com o historicismo no século XIX. Para Ernest Cassirer, os pensadores do século XVIII foram os verdadeiros pioneiros do pensamento histórico. Entre eles, o filósofo destacou a obra de Herder, que segundo Rogério Forastieri, possui muitos pontos em comum com os manifestos da *Nova História*, vertente caracterizada pelo estudo das “mentalidades” e, em termos mais gerais, da dimensão cultural das sociedades humanas¹⁷.

Na França, um importante marco viria a ser a publicação, em 1946, da obra intitulada *O Nascimento da Historiografia Moderna*, de autoria de Georges Lefebvre (1874-1959) - historiador influenciado pelo marxismo, mas também vinculado ao grupo que constituiu as primeiras gerações da Escola dos *Annales*. Nessa obra, que Rogério Forastieri da Silva considera a primeira história geral da historiografia de cunho marxista¹⁸, Georges Lefebvre afirmava que não existia uma “história definitiva”, pois ela era sempre reescrita, sob o signo da mudança. Quanto à produção do século XX, o historiador francês destacou a aproximação entre a história e as chamadas “ciências vizinhas”, notadamente a Economia e as Ciências Sociais.

Para Rogério Forastieri da Silva, houve em meados do século XX uma verdadeira reformulação dos estudos historiográficos, que passaram a privilegiar a “história social” e a “história cultural”, em detrimento da “história política”. As causas destas mudanças estariam na influência das Ciências Sociais e do marxismo sobre a historiografia, sobretudo, no período que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial. O novo ordenamento das relações internacionais, o desmantelamento dos impérios coloniais na África e Ásia, a tomada de

14 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem* p. 66-67

15 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem* p. 68.

16 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem* p. 69.

17 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem* p. 81.

18 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem* p. 85.



consciência do subdesenvolvimento, especialmente na América Latina, também teriam contribuído para que os estudos historiográficos passassem a ser feito sob múltiplos enfoques.¹⁹

Assim, a partir do final da década de 1960, os estudos historiográficos gerais teriam atingido a sua maturidade, “ultrapassando e superando o paradigma inaugurado por Eduard Fueter no início do século”²⁰. Seus autores passaram a tratar das grandes linhas de desenvolvimento da historiografia, atentando para o contexto cultural em que emergiram e se desenvolveram as escolas historiográficas.

Esta tendência se manifestava em alguns estudos historiográficos publicados no Brasil. Tendo em vista nosso interesse na disciplina de Historiografia, passaremos a sistematizar as considerações de Rogério Forastieri da Silva acerca desta produção.

19 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem* p. 87.

20 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem* p. 116.

Historiografia brasileira: mitos e revisões

De acordo com o autor, um texto pioneiro foi *Teoria da História do Brasil*, de autoria de José Honório Rodrigues (1913-1987), publicado em 1949.²¹ Fruto de curso ministrado pelo autor no Instituto Rio Branco, em 1946, a obra foi bastante utilizada em cursos superiores e denotava influência das concepções de Benedetto Croce e Robin Colingwood (1889 - 1943) nas suas análises.



José Honório Rodrigues dividiu o discurso histórico em grandes fases:

- a **"história narrativa"**, que teria em Heródoto seu grande expoente;
- a **"história pragmática"**, que se estenderia de Tucídides até o Iluminismo; e
- a **"história genética ou científica"**, que teria prevalecido a partir do século XIX.

Entre 1943 e 1944, José Honório Rodrigues morou nos Estados Unidos, onde, sob orientação do professor Frank Tannembaum (1893-1969) e com bolsa da Fundação Rockfeller, frequentou cursos e conheceu arquivos, bibliotecas e vários historiadores norte-americanos. Ao retornar ao Brasil, teve a ideia de publicar uma obra de síntese sobre a historiografia brasileira, abordando aspectos teóricos e metodológicos²².

Nascia, assim, a ideia que resultou no livro *Teoria da História do Brasil*, complementado posteriormente - após viagens pela Inglaterra, Holanda, Alemanha Ocidental, Itália e Portugal, nas quais travou contatos com importantes historiadores e coletou documentos - pelos livros: *As Fontes da História do Brasil na Europa*, publicado em 1950, e *A Pesquisa Histórica no Brasil*, em 1952²³. Algumas décadas mais tarde, publicaria o primeiro volume da *História da História do Brasil*, dedicado à historiografia colonial. Após a sua morte, foram publicados ainda os dois tomos que compõem o segundo volume desta obra, sendo o primeiro dedicado à "historiografia conservadora" e o segundo sobre Oliveira Vianna.

As análises historiográficas de José Honório Rodrigues procuravam pôr em evidência as premissas teóricas e os compromissos sociais e político-ideológicos dos autores estudados. Esta era uma concepção comum entre os estudiosos da historiografia nas décadas de 1960 e 1970: uma dada obra historiográfica devia ser compreendida não apenas a partir do contexto ideológico e político em que foi produzida, mas também das concepções teóricas e metodológicas do seu autor.

Esta orientação refletia a crescente profissionalização do ofício do historiador no país, fruto da criação de cursos superiores de graduação e pós-graduação. Na Universidade de São Paulo (USP), este processo teve o reforço da contribuição de professores europeus, com José Van Den Besselaar, cuja obra - *Introdução aos Estudos Históricos* - publicada em 1956²⁴, apresentava uma síntese da história geral da historiografia desde a antiguidade clássica até o século XX, na qual se notava a influência de Eduard Fueter²⁵. O livro fazia parte de uma coleção patrocinada pela *Revista de História*, fundada por Eurípides Simões de Paula, na década de 1950, também vinculada à Universidade de São Paulo.

21 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*. p. 88.

22 UHIARA, Érika. "Ensaio historiográfico de José Honório Rodrigues: reflexões sobre a possibilidade de uma historiografia brasileira." In: *6º Seminário Nacional de História da Historiografia*. Ouro Preto: UFOP, 2012. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/view/1242/705>>. Acesso em 17/09/2013.

23 *Ibidem*.

24 VAN DEN BESSELAAR, José. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Herder, 1956.

25 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*. p. 93.

Em seu livro *Iniciação aos Estudos Históricos* (no qual se notava, a exemplo do anterior, grande influência da obra de Eduard Fueter), Jean Glénisson apresentou um amplo panorama dos estudos históricos combinado com noções de caráter teórico e metodológico. Publicado em 1961, o livro de Jean Glénisson cedia não só mais espaço para as produções do século XX, como também um capítulo dedicado à historiografia brasileira, escrito por Pedro Moacyr de Campos e Emília Viotti da Costa, ambos professores da Universidade de São Paulo.

Outro estrangeiro colaborador da USP foi o português Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980), autor do livro *Da História-Crônica à História Ciência*.²⁶ Segundo Rogério Forastieri da Silva, o livro oferece um panorama da história da história cujo objetivo era especificar o estatuto científico da história.²⁷ Entretanto, diferentemente dos anteriores, dedicou espaço à historiografia marxista e, sobretudo, à historiografia portuguesa.

A influência de historiadores estrangeiros - notadamente franceses - no curso de História da USP, principalmente nas primeiras décadas após a sua criação, em 1934, contribuiu para que a instituição se destacasse com produção historiográfica de qualidade. Tal produção foi marcada pela busca da erudição, rigor metodológico, interdisciplinaridade e, sobretudo, pelo esforço em repensar a história do país.²⁸

Até então, parte expressiva da produção historiográfica brasileira ainda estava a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838, e suas seções regionais.

O IHGB fora o responsável pela formulação de um projeto de história nacional, em clara sintonia com as concepções de história vigentes no cenário europeu desde o início do século XIX²⁹. Conforme assinalou Manoel Luis Salgado Guimarães, esta produção - herdeira da tradição iluminista - apresentava uma profunda marca elitista, uma vez que exaltava o papel dos colonizadores portugueses no processo de construção da nação, ao mesmo tempo em que dele excluía índios e negros.

"A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao Iluminismo. A nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa, sem dúvida, a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo"³⁰

Apesar de surgirem num momento em que o projeto de história nacional do IHGB já sofria fortes contestações, algumas das primeiras teses produzidas na USP voltaram-se, na sua temática, a aspectos da história europeia. Assim, por exemplo, a tese de doutorado de Eurípides Simões de Paula teve como título O

26 CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Da História Crônica à História-Ciência*. Lisboa: Livros Horizontes, 1972 *apud* SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*. p. 94.

27 SILVA, Rogério Forastieri da. *Ibidem*. p. 94.

28 CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. "A Escola Uspiana de História." *Estudos Avançados*, vol. 8, nº. 22, São Paulo, set./dez. 1994. p. 349-358. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000300044&script=sci_arttext> Acesso em 16/09/2013.

29 GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nº. 1, 1988, p. 5-27. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>> Acesso em 05/09/2013.

30 GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Idibem*, p.8.



Comércio Varegue e o Grão Principado de Kiev (1942); a tese de Pedro Moacir Campos, *Alguns Aspectos da Germânia Antiga, Através dos Autores Clássicos* (1945), e a de Eduardo d'Oliveira França, *A Realeza em Portugal e as Origens do Absolutismo* (1945). Em todas elas, contudo, verificava-se forte influência das primeiras gerações da Escola dos *Annales*, que, na França, combatiam as matrizes europeias da historiografia do IHGB.³¹

Outros trabalhos, contudo, demonstravam interesse pelo mundo ibérico e sua expansão colonial no Novo Mundo. É o caso da tese de Alice Canabrava, intitulada *O Comércio no Rio da Prata - 1580-1640* (1942); de Astrogildo Rodrigues de Melo, *A Política Colonial de Espanha através das Encomiendas* (1942); de Olga Pantaleão, *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola - 1713-1783* (1944), e, sobretudo, de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso: os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil* (1958).

Estes trabalhos combinavam, portanto, influência da historiografia europeia com a de historiadores locais, alguns deles profundamente ligados ao IHGB, como Afonso d'Escagnolle Taunay (1876-1958) e Alfredo Ellis Junior (1896-1974). Formado em direito pela USP, Alfredo Ellis Junior tornou-se professor de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dessa universidade, em 1939. Como historiador, dedicou-se particularmente à história de São Paulo, sendo autor de obra que se tornou clássica: ***Raça de Gigantes* (1926)**, na qual exaltava o papel dos bandeirantes na formação de São Paulo.

Raça de Gigantes: A referência completa da obra, na ortografia da época, é: ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista. Estudo da evolução racial, anthropológica e psicológica do paulista dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, e das mesologias física e social do planalto paulista*. São Paulo: Helios, 1925.

Afonso d'Escagnolle Taunay, que era graduado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1900), foi professor da Escola Politécnica de São Paulo e exerceu inúmeros cargos. Dentre eles, os de diretor do Museu Paulista (a partir de 1917), e dos Museus do Estado de São Paulo (a partir de 1923); encarregado do governo federal para reorganizar, em comissão, a Biblioteca e o Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (1930). Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP foi professor de 1934 a 1937. Além disso, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico de São Paulo, da Academia Paulista de Letras, da Academia Portuguesa de História e sócio correspondente de Institutos Históricos estaduais.³²

Entende-se, assim, porque a revisão da historiografia produzida pelo IHGB no século XIX foi um processo lento. Afonso Taunay e Alfredo Ellis Junior não eram uma exceção. Além deles, vários outros sócios daquela instituição foram recrutados pelas universidades para compor seus quadros docentes. Não surpreende, portanto, que a primeira proposta de revisão mais profunda da historiografia brasileira tenha vindo de um estudioso pouco afeito aos meios universitários. Trata-se de **Caio Prado Júnior** (1907-1990), graduado em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, em 1928, e que em 1942 publicou sua obra mais importante, intitulada *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Caio Prado Junior chegou a lecionar Economia Política na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, porém, não era propriamente professor. De tradicional família de cafeicultores paulistas, ingressou muito jovem na vida política, participando de várias legislaturas e agremiações partidárias, inclusive do Partido Comunista Brasileiro. Atuou também no mercado editorial, fundando a Editora Brasiliense, em 1943, uma das mais importantes do país até a década de 1980. (Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/99>> Acesso em 15/09/2013).

31 CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. "A Escola Uspiana de História." *Estudos Avançados*, v. 22, 1994. p. 351.

32 Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=35&sid=88>> Acesso em 20/09/2013.

O pensamento de Caio Prado Junior exerceria, no entanto, grande influência em uma nova geração de professores *uspianos*, cujos trabalhos começaram a ser publicados a partir do final da década de 1950 e início dos anos de 1960. Trata-se da chamada Escola Paulista, cujos representantes foram a historiadora Emília Viotti da Costa e os sociólogos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

De acordo com Emília Viotti da Costa, o livro *Evolução Política do Brasil* (Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira), publicado por Caio Prado Junior em 1933, lançou as bases para uma nova interpretação do processo histórico brasileiro:

O autor, abandonando deliberadamente a visão tradicional, buscava escrever, segundo ele mesmo fazia questão de assinalar no prefácio, “uma história que não fosse a glorificação das classes dirigentes”. Influenciado pelas ideias marxistas, Caio Prado Jr. escreveu um rico ensaio sobre a evolução política do Brasil. Era um trabalho pioneiro e, pode-se dizer que, desde então, grande número de sociólogos e historiadores nada mais fez do que desenvolver e testar suas premissas. Hoje talvez ainda seja cedo para avaliar a sua importância, mas se pode dizer, sem medo de errar, que ele iniciou o revisionismo na historiografia brasileira ³³

Naquele período, a historiografia produzida pelos sócios do IHGB ou influenciada por eles passou a ser taxada de “tradicional” e criticada, sobretudo, por promover a “glorificação das classes dirigentes”. Tentava-se, assim, romper com a manifestação no Brasil daquela concepção de história centrada na discussão da questão nacional. O que os autores da Escola Paulista propunham, naquela oportunidade, não apenas por influência do pensamento de Caio Prado Júnior, mas por **diversos outros**, era a substituição de um enfoque centrado na história política tradicional, ou seja, aquela centrada nas ações dos grandes homens, por uma perspectiva voltada para o social.

Entre outros, merece destaque a influência exercida por **Sérgio Buarque de Holanda**, sobretudo por suas análises psicossociológicas, herdeiras da sociologia weberiana. Há quem o considere um criador da história das mentalidades, ao lado de alguns dos historiadores da Escola dos Annales, mas há também quem discorde desta interpretação. Ver, no primeiro caso, MELLO E SOUZA, Laura de. “Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial.” In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 23-24. No segundo caso está: VAINFAS, Ronaldo. “História Cultural e Historiografia Brasileira.” *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 21-235, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/15676>. Acesso em 20/09/2013.

Entretanto, a crítica exercitada pela Escola Paulista não se dirigia apenas à historiografia dita tradicional, mas também a autores do século XX, por considerá-los propagadores de alguns mitos fixados no pensamento brasileiro desde tempos remotos. O principal deles era Gilberto Freyre (1900-1987), autor de obra que se tornou clássica: *Casa-Grande & Senzala*.



Para conhecer um pouco mais as ideias de Gilberto Freyre, procure ler: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50ª Ed. Rev., São Paulo: Global, 2005.

Emília Viotti da Costa sintetizou a interpretação de Gilberto Freyre da seguinte maneira:

Numa série de palestras proferidas há mais de cinquenta anos nos Estados Unidos e depois publicadas sob o título de *Interpretação do Brasil*, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre descreveu o idílico cenário da democracia racial brasileira. Embora reconhecesse que os brasileiros não foram inteiramente isentos de preconceito racial, Freyre argumentava que a distância social, no Brasil, fora o resultado de diferenças de classe, bem mais do que preconceitos de

33 COSTA, Emília Viotti da. “O Mito da Democracia Racial no Brasil.” In: *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. 9ª. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 427. Este texto é fruto de palestra proferida pela autora nos Estados Unidos em 1975.



cor ou raça. Como os negros brasileiros desfrutavam de mobilidade social e oportunidades de expressão cultural, não desenvolveram uma consciência de serem negros da mesma forma que seus congêneres norte-americanos. Freyre também apontou o fato de que, no Brasil, qualquer pessoa que não fosse obviamente negra era considerada branca. Expressou a convicção de que os negros estavam rapidamente desaparecendo no Brasil e incorporando-se ao grupo branco. E foi além disso. Censurou os que se inquietavam com os possíveis efeitos negativos do amálgama étnico e reafirmou a confiança na capacidade social e intelectual do mulato. Foi no processo de miscigenação que Freyre julgou terem os brasileiros descoberto o caminho para escapar dos problemas raciais que atormentavam os norte-americanos.³⁴ (COSTA, 2010, p.367-368)

Apesar de longo, este trecho tem o mérito de sintetizar aquilo que seria, no entendimento de Emília Viotti da Costa, o pensamento de Gilberto Freyre sobre a suposta democracia racial brasileira. Após fazer esta síntese, a historiadora contrapôs às afirmações do sociólogo pernambucano os resultados de pesquisas realizadas por vários sociólogos - entre eles, os *uspianos* Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. De acordo com a autora, estas pesquisas demonstravam que os brancos no Brasil foram preconceituosos e que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram segregados. Além disso, tais pesquisas, segundo ela, revelavam que a maioria da população negra permanecia numa posição subalterna, sem nenhuma chance de ascender na escala social, e que as possibilidades de mobilidade social eram severamente limitadas aos negros. As pesquisas demonstravam, ainda, que sempre que os negros competiam com os brancos eram discriminados.³⁵

As críticas a Gilberto Freyre tinham várias motivações. Em primeiro lugar, estava o fato de que sua obra era extremamente polêmica: discutia abertamente temas considerados tabus na cultura brasileira e suas opiniões contrastavam com as de importantes setores da sociedade do país, como o da Igreja Católica. Além disso, *Casa-Grande & Senzala* teve grande repercussão, equiparável talvez à obra de Jorge Amado, e o autor esteve à frente de várias atividades culturais e políticas, notadamente algumas ligadas aos regimes ditatoriais do Brasil e de Portugal.³⁶ Assim sendo, a polêmica criada em torno do chamado mito da democracia racial pôde ser considerada como parte de um processo mais amplo de crítica às raízes do autoritarismo no Brasil, que ganhou fôlego principalmente após o golpe de 31 de março de 1964.

Coube, sobretudo, a Emília Viotti da Costa estabelecer esta crítica no que se refere à análise do passado escravista, já que a maioria das análises sociológicas se concentrou no período pós-abolição. Professora do Departamento de História da USP entre 1955 e 1969, Emília Viotti da Costa foi aposentada compulsoriamente pelo **AI-5**. Seguiu, então, para os Estados Unidos, onde prosseguiu sua carreira, como professora de várias universidades - a principal delas a de Yale. Em 1999, recebeu o título de professora emérita da USP, tendo igual título da Universidade de Yale.

AI-5: Ato Institucional criado, em 1968, durante o período mais repressor da Ditadura Civil-Militar.

A principal obra de Emília Viotti da Costa é o livro ***Da Senzala à Colônia***, originalmente tese de livre-docência defendida na USP, em 1964. O tema da obra é a crise final da abolição da escravatura nas regiões cafeeiras do Sudeste, analisada em três partes: aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista; condições de vida nas zonas cafeeiras e a relação entre escravidão e ideologias.

34 COSTA, Emília Viotti da. "O Mito da Democracia Racial no Brasil." In: *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. 9ª. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 367-368. Este texto é fruto de palestra proferida pela autora nos Estados Unidos em 1975.

35 COSTA, Emília Viotti da. *Ibidem*. p. 368

36 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. Pontos de Partida para uma revisão histórica. 9ª. ed., São Paulo: Ática, 1994.



A narrativa é baseada em extensa pesquisa documental e profundamente influenciada pelas concepções marxistas.

A escravidão, segundo a autora, era uma instituição integrante do sistema colonial característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do Estado moderno na Europa ocidental, que entrou em crise com o desenvolvimento do capitalismo. A acumulação capitalista, a revolução nos meios de transportes e no sistema de produção, bem como o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho, teriam acarretado a expansão do mercado internacional e, conseqüentemente, inviabilizado a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional. Paralelamente a estes fatores econômicos, as mudanças ideológicas e as lutas políticas também contribuíram, de acordo com Emília Viotti da Costa, para a superação do regime escravista.

Para combater o mito da democracia racial, a autora procurou pôr em evidência o caráter desumano, cruel e violento do regime escravista brasileiro. Sendo a pedra basilar no processo de acumulação do capital, a escravidão sustentava os dois grandes baluartes do mercantilismo: o mercado e o lucro (QUEIROZ, 1998, p.106).³⁷ Nesse sentido, para que fosse garantida a organização e a regularidade da produção para exportação em larga escala, os senhores lançavam mão de toda sorte de coerção e repressão sobre os escravos. A violência seria, portanto, o vínculo básico da relação escravista, uma vez que a resposta dos escravos a este estado de coisas era igualmente violenta.

A interpretação de Emília Viotti da Costa - que em linhas gerais era reforçada pelos demais integrantes da Escola Paulista e por muitos estudiosos que não compartilhavam das suas concepções teóricas e metodológicas - era, portanto, diametralmente oposta à de Gilberto Freyre. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, principalmente, elas foram reforçadas por vários pesquisadores, cujos trabalhos colocaram em evidência fontes documentais que cada vez mais atestavam a inviabilidade das conclusões de Gilberto Freyre e, portanto, o seu caráter profundamente ideológico.

37 QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Escravidão Negra em Debate." In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 106.